

Caso Marielle: PF prende ex-assessor de Brazão

PGR denuncia irmãos Brazão e ex-chefe da polícia do RJ

Por Ana Paula Marques

A Polícia Federal (PF) cumpriu, na última quinta-feira (9), dois mandados de prisão contra o ex-assessor do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro Domingos Brazão, Robson Calixto da Fonseca, mais conhecido como Peixe, e contra o policial militar Ronald Alves de Paula, conhecido como Major Ronald, apontado como ex-chefe da milícia da Muzema, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), os acusados estão supostamente envolvidos nos crimes de organização criminosa, da qual Peixe estaria envolvido. A denúncia contra Ronald é por suposta participação no assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

Até o momento, com as investigações do caso, Domingos Brazão, ex-deputado estadual, está preso desde março por ser acusado como mandante do crime. Ele teria idealizado o assassinato de Marielle com seu irmão, o então deputado federal Chiquinho Brazão (Sem partido) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegado Rivaldo Barbosa. Na época do crime, Chiquinho Brazão era vereador e colega na Câmara Municipal do estado juntamente com Marielle.

Denúncia da PGR

A PGR concluiu que Domingos e Chiquinho Brazão mandaram matar Marielle, em fevereiro de 2018, para impedir que ela continuasse a prejudicar os interesses dos irmãos e para intimidar a atuação do PSOL, partido da vereadora.



Tomaz Silva/Agência Brasil

Investigações avançaram após acordo de delação de Ronnie Lessa

A decisão do crime, foi tomada na esteira de uma série de ações da legenda que prejudicavam os interesses dos irmãos Brazão — desde nomeações para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) até a regularização de loteamentos irregulares em áreas dominadas por milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A denúncia foi apresentada na última terça-feira (7), no processo sigiloso que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Os acusados estão presos desde o dia 24 de março, por ordem do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes. Eles negam participação no crime.

Investigações

As investigações sobre o caso Marielle só tiveram avanço após o ex-policial militar Ronnie Lessa, réu confesso por executar o crime, ter fechado um acordo de delação premiada. Foi Lessa quem apontou para os irmãos Brazão como mandantes, o que fez com que o caso fosse remetido ao Supremo, neste ano, em razão do mandato de deputado federal de Chiquinho Brazão.

Foi fruto da delação de Lessa que Calixto da Fonseca e Major Ronald foram presos.

“Fruto da delação de Ronnie Lessa apontou Calixto da Fonseca. Ainda acerca das negociações para os homicídios, Lessa pontuou que o primeiro encontro com Domingos Inácio Brazão e Chiquinho Brazão se deu por intermediação de Robson Calixto Fonseca, vulgo Peixe, além de Macalé. A versão foi verificada pelo cruzamento de dados de ERB do terminal de Macalé com os locais apontados por Ronnie, como se vê dos dados condensados”, descreve a PGR.

Ou seja, a informação de Lessa foi confirmada pelas investigações, pelo cruzamento de sinais de torres de celular, registros de ligações e mapeamento de movimentações do PM.

Defesa

A defesa de Chiquinho Brazão esclarece que não teve acesso à denúncia nem aos termos das delações citadas no relatório da PF. “Ainda não é possível fazer um

juízo de valor sobre as acusações. Assim que o Relator do caso permitir que a defesa conheça todos os elementos produzidos pela investigação, faremos uma nota mais detalhada”, afirmou o advogado Cleber Lopes.

Em outra nota, essa da defesa de Rivaldo Barbosa, que declarou receber com estranheza a notícia de que a denúncia foi apresentada pela PGR. Os advogados Marcelo Ferreira e Felipe Dalleprane, que defendem Barbosa, afirmaram que estiveram no STF no dia seguinte à apresentação da denúncia e não havia, nos autos, informação sobre o protocolo da acusação feita pela PGR.

“A narrativa de um réu confesso de homicídio, o Ronnie Lessa, parece mais importante do que o depoimento de um delegado de polícia com mais de 20 anos de excelentes serviços à segurança pública do RJ, que sequer teve a chance de expor sua versão sobre os fatos antes de ser denunciado, uma verdadeira demonstração de inversão de valores”, descreveu a defesa de Barbosa na nota.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Pozzebom/Agência Brasil



Para o então PGR, artigos são inconstitucionais

Aras recorreu ao STF contra lei ambiental gaúcha

Em dezembro de 2020, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, recorreu ao Supremo Tribunal Federal para que fossem declarados inconstitucionais artigos do Código Ambiental do Rio Grande do Sul sancionados pelo governador Eduardo Leite (PSDB).

A PGR pediu que fosse concedida liminar para suspender pontos da lei, mas o STF ainda não to-

mou qualquer decisão — relatada inicialmente pelo ministro Ricardo Lewandowski, a ação foi herdada por seu substituto na corte, Cristiano Zanin. Aras considerou inconstitucionais, entre outros, itens que facilitam licenciamentos ambientais, terceirizam responsabilidades, permitem remoção de populações e limitam punições a agentes públicos

Licenças

A lei prevê três formas de licenciamento para atividades econômicas — única, por compromisso e de operação e regularização — que, segundo Aras, não estão previstas por normas federais. Para ele, a simplificação de licenças só pode ocorrer em casos excepcionais.

Simulacro

O então PGR citou que, para a Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Compromisso (LAC) prevista pela lei não passava de um “autolicensing” e de um “verdadeiro simulacro de avaliação ambiental”.

Dalla Valle/Palácio Piratini



Eduardo Leite propôs e sancionou lei questionada

Artigo facilita remoção de populações afetadas

Outro artigo questionado permite, segundo Aras, que, para a implantação de empreendimentos, populações sejam retiradas antes que sejam solucionados os problemas relacionados às remoções. Para a PGR, o item reduz de maneira arbitrária o nível de proteção de direitos fundamentais. Três outros pontos foram

considerados inconstitucionais por Aras: 1. a dispensa de licenciamento de ações de pequeno porte que tenham potencial poluidor médio ou alto; 2. a entrega de tarefas para agentes privados; 3. a proteção de agentes públicos da área ambiental que, pela lei gaúcha, só podem ser punidos em caso de dolo ou erro grosseiro.

Tudo legal

Em abril de 2021, Lewandowski determinou que o governo e a Assembleia Legislativa gaúchos prestassem esclarecimentos sobre o caso. A Procuradoria-Geral do Estado, que representa o governo, sustentou a legalidade dos artigos; os deputados não se manifestaram.

AGU avalia

Também acionada pelo STF, a Advocacia-Geral da União, ainda no mandato de Jair Bolsonaro, concordou apenas parcialmente com Aras. Não considerou ilegais algumas formas de licenciamento e concordou com a remoção de populações. A AGU é um órgão do governo federal.

Sucateamento

Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, Heverton Lacerda disse à coluna que o desmonte da legislação ambiental vem ocorrendo há vários anos e colaborou para a tragédia atual. “Sucatearam os órgãos de fiscalização ambiental”, frisou.

Balcões

Para Lacerda foram abertos “balcões de negócios para facilitar licenças ambientais”: “O Estado inibiu profissionais do meio ambiente e abriu as portas para monoculturas de soja e eucalipto”, ressaltou. Lembrou que foram criados condomínios em áreas de preservação.

Governo adianta benefícios e adia prazo do IR para ajudar RS

José Cruz/Agência Brasil

Em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul (RS), o governo federal anunciou, nesta quinta-feira (09), um conjunto de medidas que deve injetar quase R\$ 50,945 bilhões na economia do estado. As chuvas no estado representaram a maior tragédia de sua história. De acordo com a Defesa Civil do RS, até a última quinta-feira, foram identificados 107 mortos, com 18 óbitos sob investigação e 136 desaparecidos.

A antecipação de benefícios, a estruturação de projetos de logística e infraestrutura e, principalmente, o aporte de recursos para alavancar e subvencionar o crédito estão entre as ações previstas pelo governo federal.

Em apresentação no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) explicou que esses são recursos iniciais. “Isso não termina aqui. Eu tenho dito aos ministros que nós temos que nos preparar porque a gente vai ter o tamanho da grandeza dos problemas quando a água baixar e quando os rios voltarem à normalidade”, disse.

O presidente ainda garantiu ainda que o governo federal está empenhado para que nenhuma burocracia atrapalhe a urgência das ações que vêm sendo anunciadas.

Público atendido

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas e recursos anunciados hoje vão beneficiar trabalhadores assalariados, beneficiários de programas sociais, estado e municípios, empresas e produtores rurais.

“É um conjunto amplo de medidas, cada uma com um instrumento específico, para atender esse conjunto de atores que vão ter que, nos próximos dias, começar a



Medidas visam ajudar população atingida

reconstruir suas vidas. Assim que a água baixar, esse sistema tem que estar pronto para ser ativado na ponta, para que o povo gaúcho tenha o atendimento o mais rápido possível”, disse. “É uma primeira medida que vai garantir um fluxo de recursos importante nesse primeiro momento, até que tenhamos um apanhado maior da situação, que pode exigir medidas adicionais”, explicou Haddad.

De acordo com o ministro, o impacto primário das medidas é de R\$ 7,695 bilhões e não afetará as ações e programas executados ordinariamente pelo governo federal em outras regiões do país. “É um recurso em proveito do povo gaúcho, que conta com o decreto de calamidade para sua execução”, disse.

Adicionalmente, cada ministério está elaborando seu plano de ação para o Rio Grande do Sul. Além disso, na próxima segunda-feira (13), o Ministério da Fazenda deve anunciar o resultado das negociações em torno da dívida do estado com a União. O governador Eduardo Leite pede a suspensão das parcelas dos dé-

bitos com o governo federal para liberar cerca de R\$ 3,5 bilhões do caixa do estado.

Os anúncios feitos hoje estão em medida provisória assinada por Lula, que será encaminhada ao Congresso Nacional. Durante o evento, Banco do Brasil, Caixa e BNDES também anunciaram medidas adicionais para atender a população do Rio Grande do Sul. Os bancos públicos anunciaram a suspensão do pagamento de dívidas e do FGTS por parte das empresas.

Trabalhadores assalariados

Para trabalhadores assalariados, haverá a antecipação do pagamento do abono salarial para este mês de maio. Serão R\$ 758 milhões destinados a 705 mil trabalhadores com carteira assinada.

Também haverá a liberação de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para os desempregados que já estavam recebendo antes da decretação de calamidade, ao final da última parcela. Serão beneficiados 140 mil trabalhadores formais desempregados e o impacto será de R\$ 495 milhões aos cofres públicos.

A Receita Federal também trabalha na priorização no pagamento da restituição do Imposto de Renda para contribuintes do Rio Grande do Sul. O pagamento ocorrerá até junho para até 1,6 milhão de pessoas, no valor de R\$ 1 bilhão. “É um valor que é delas, a única coisa que estamos fazendo é antecipando o cronograma para mobilizar recursos para ativar a economia e a reconstrução da vida das pessoas afetadas”, disse o ministro Fernando Haddad.

Beneficiários de programas sociais

O governo federal antecipará os pagamentos do mês de maio do Bolsa Família e do Auxílio-Gás para 583 mil famílias gaúchas que recebem esses benefícios. O impacto imediato será de 380 milhões.

Estado e municípios

Serão aportados R\$ 200 milhões para que os fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos consigam apoiar e financiar projetos de reconstrução de infraestrutura do estado e dos municípios afetados.

“Uma coisa é contratar obras em regime de urgência, outra coisa é não ter o projeto e contratação de obra, você não consegue nem orçar para fazer uma contratação emergencial”, explicou.

O governo federal também fará uma força-tarefa para acelerar a análise de crédito com aval da União para municípios do Rio Grande do Sul. São 14 municípios que estão com operações de crédito em andamento no valor de R\$ 1,8 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão em operações externas e R\$ 300 milhões em operações internas.